

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

## DECOLONIALISMO COMO PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA PARA O CAMPO TEÓRICO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Fernanda Geremias Leal<sup>1</sup>  
Mário César Barreto Moraes

### RESUMO

O objetivo deste artigo é propor uma aproximação entre a perspectiva epistemológica decolonial e o campo teórico da internacionalização da educação superior, com base nos pressupostos de que 1. as desigualdades subjacentes às relações Norte-Sul – cujas origens remetem aos padrões eurocentrados de poder impostos no período colonial – também se manifestam no domínio da educação superior internacional e 2. a produção científica desse campo pode ser mais significativa e funcional aos países “em vias de desenvolvimento” se consideradas suas raízes epistêmicas e condicionalidades históricas. Inicialmente, contextualiza-se o decolonialismo enquanto postura epistemológica e tradição de pesquisa. Na sequência, abordam-se as dinâmicas e as contradições evidenciadas na educação superior internacional contemporânea. O estudo segue com a argumentação favorável à inserção da perspectiva decolonial nos estudos críticos sobre internacionalização, tendo como referência o projeto intelectual de crítica/resistência do decolonialismo em relação às tendências eurocentradas da modernidade, cuja manifestação mais influente na educação superior é a globalização econômica em curso. Buscas sistemáticas nas bases de dados Portal de Periódicos Capes e Scopus reforçam a argumentação, à medida que revelam a existência de um debate científico internacional acerca das formas coloniais/neocoloniais presentes na educação superior e indicam haver espaço para o desenvolvimento de estudos decoloniais nesse campo. Por fim, apresenta-se a cooperação Sul-Sul como possível objeto de interesse empírico para a pesquisa científica em internacionalização da educação superior sob a lente teórica do decolonialismo.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Internacionalização. Epistemologia. Decolonialismo.

---

<sup>1</sup> fernandaleal@ufsc.br

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

## Introdução

O conceito de internacionalização tem sido gradativamente utilizado no contexto da educação superior como medida de qualidade e como recurso para que as instituições universitárias respondam aos desafios de um contexto global complexo. Sobretudo a partir da década de 1990, o tema adquiriu centralidade em torno das estruturas universitárias e passou a influenciar os planejamentos estratégicos institucionais e governamentais. Além disso, consolidou-se como um recorrente objeto de investigação científica (KNIGHT, 2004, 2015; MOROSINI, 2006; CHILDRESS, 2009; LIMA; CONTEL, 2011; GACEL-ÁVILA, 2012).

A internacionalização tem, igualmente, despertado o interesse de agências multilaterais e de organismos internacionais envolvidos com o setor educativo – como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) –, os quais, reiteradamente, estabelecem prescrições relacionadas à necessidade de reformas curriculares mais condizentes com as demandas globais, que incorporem os conceitos de cidadania global e de competência intercultural como objetivos da formação de nível superior<sup>1</sup> (RIVZI, 2007; LIMA; MARANHÃO, 2011; GOMES; DALE, 2012; LEASK; BEELEN; KAUNDA, 2013).

A despeito da popularidade da internacionalização no campo da educação superior e do discurso dominante de que ela tem transformado os sistemas de ensino, não há consenso sobre o seu significado e tampouco existe um modelo padronizado para que as universidades ampliem sua dimensão internacional (KNIGHT, 2015). O conceito é constantemente associado aos objetivos de aprimoramento da qualidade, da pertinência e da relevância do ensino, da pesquisa e da extensão; no entanto, contradições emergentes nesse domínio – decorrentes, principalmente, do instrumentalismo econômico imposto ao setor pela globalização econômica (ALTBACH; DE WIT, 2015) – suscitam questionamentos acerca dos verdadeiros beneficiários desses processos, ao mesmo tempo em que desafiam o papel, a função e o lugar das universidades no mundo.

Fenômenos como a diversidade de motivações e interesses (*rationales*) envolvidos; o excesso de competitividade entre instituições universitárias; a ênfase no produtivismo acadêmico; a ascensão de fornecedores de serviços educacionais e a indústria de certificação; a emissão de títulos fraudulentos; a dependência de alguns países em relação a taxas de estudantes internacionais; a homogeneização dos currículos; o *status* atribuído aos indicadores de desempenho/*rankings* universitários *rankings* universitários; a hegemonia dos países do Norte no recebimento dos fluxos de mobilidade e a evasão dos cérebros (*brain drain*) têm complexificado esse contexto e impactado, sobretudo, os países periféricos e semiperiféricos, cujos sistemas educacionais não estão bem preparados para capitalizar sobre a criação e o uso do conhecimento.

Depreende-se desse cenário que todo processo de internacionalização se constrói e se desenvolve a partir da situação de cada contexto e de cada sistema educacional, com

---

<sup>1</sup> A OCDE, por exemplo, tem desenvolvido um programa específico “para ajudar os países a aprimorar seu desempenho de ensino superior” (OECD, 2016, p. 2). Segundo essa organização (OECD, 2016, p. 2), “muitos países têm dificuldades de acompanhar a evolução do panorama da educação superior e procuram aconselhamento da OCDE sobre as formas de melhorarem o desempenho de seus sistemas”.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

suas forças e fragilidades, que determinam o potencial e a viabilidade de suas estratégias (GACEL; ÁVILA, 2008). Na ausência de políticas públicas e programas claros e ajustados às suas realidades internas, os países do Sul<sup>2</sup> acabam por constituir-se como alvo fácil dos interesses externos que visam tão somente ao ativo econômico. Seguem, portanto, a reboque “o comando ativo dos países centrais, fornecendo cérebros, recursos financeiros e comprando produtos educacionais ali produzidos” (LIMA; CONTEL, 2011, p. 16).

Diante dos entendimentos de que as desigualdades subjacentes às relações Norte-Sul – cujas origens remetem aos padrões eurocentrados de poder impostos no período colonial (QUIJANO, 2005) – também se manifestam no domínio da educação superior internacional e de que a produção científica desse campo pode ser mais significativa e funcional aos países “em vias de desenvolvimento” se consideradas as suas raízes epistêmicas e condicionalidades históricas, **objetiva-se, neste artigo, propor uma aproximação entre a perspectiva epistemológica decolonial e o campo teórico da internacionalização da educação superior.**

A expectativa é de que a aproximação proposta suscite o surgimento de *insights* alternativos para os estudos críticos em internacionalização da educação superior; que amplie o horizonte epistemológico para responder aos problemas estruturais evidenciados no campo e que contribua para o entendimento desse fenômeno social, sobretudo no contexto dos países do Sul. Cabe mencionar que, atualmente,

diversos autores e autoras, situados tanto nos centros quanto nas periferias da produção da geopolítica do conhecimento, questionam o universalismo etnocêntrico, o eurocentrismo teórico, o nacionalismo metodológico, o positivismo epistemológico e o neoliberalismo científico contidos no *mainstream* das ciências sociais (BALLESTRIN, 2013, p. 108).

A estrutura do artigo obedece à seguinte lógica: inicialmente, contextualiza-se o decolonialismo enquanto postura epistemológica e tradição de pesquisa. Na sequência, descrevem-se as dinâmicas e as contradições evidenciadas no campo da educação superior internacional contemporânea. O texto segue com a argumentação favorável à inserção da perspectiva decolonial nos estudos sobre internacionalização, tendo como referência o projeto intelectual de crítica/resistência do decolonialismo em relação às tendências eurocentradas da modernidade, cuja manifestação mais influente na educação superior é a globalização em curso. Buscas sistemáticas nas bases de dados Portal de Periódicos Capes e Scopus reforçam a argumentação, à medida que revelam a existência de espaço para o desenvolvimento de estudos decoloniais nesse campo. O artigo finaliza com a proposta de que a cooperação Sul-Sul se constitua como objeto de interesse empírico para a pesquisa científica em internacionalização da educação superior sob a lente teórica do decolonialismo.

---

<sup>2</sup> Neste artigo, compreende-se o Sul “não como uma categoria geográfica, mas como o agrupamento que reúne os chamados ‘países em desenvolvimento’ (países de renda média e países de renda baixa)” (LEITE, 2012, p. 4). Como Chisholm (2009, p. 3) evidencia, “as noções de Norte e Sul tornaram-se uma metáfora para ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, Primeiro e Terceiro mundos, doadores e receptores de ajuda internacional”. Para Boaventura de Sousa Santos (SANTOS; MENESES, 2010, p. 19), o Sul é “concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo”.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

## 1 A consolidação do eurocentrismo como racionalidade específica da globalização e a perspectiva decolonial

Compreender o decolonialismo enquanto postura epistemológica e tradição de pesquisa requer uma prévia familiarização com o padrão de poder estabelecido no período colonial e suas consequências para a globalização em curso.

De acordo com Quijano (2005), a América constituiu-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder característico das relações de dominação exigidas pela conquista colonial. Por um lado, esse padrão fundamentou-se na ideia de raça, “uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros” (QUIJANO, 2005, p. 117), utilizada para diferenciar colonizados de colonizadores e para legitimar a associação de suas respectivas identidades a hierarquias, lugares e papéis sociais. Por outro lado, assentou-se na articulação de todas as formas históricas de controle e de exploração do trabalho – a escravidão; a servidão; a pequena produção mercantil; a reciprocidade; o salário –, bem como de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial.

Esse padrão de poder expandiu-se globalmente e tanto deu origem ao capitalismo mundial como estrutura hegemônica das relações de produção<sup>3</sup>, situando a Europa ocidental no centro do mundo capitalista, quanto alicerçou o desenvolvimento e a superioridade da perspectiva eurocêntrica do conhecimento. Os povos dominados foram posicionados em situação natural de inferioridade, e também suas descobertas mentais e culturais. Nas palavras de Quijano (2005, p. 121), “os europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como as suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica cuja culminação era a Europa”.

Segundo esse entendimento, o caráter das relações de exploração e de dominação transcendeu o período das “conquistas, dos assentamentos e do controle administrativo sistemático” europeu em suas respectivas colônias durante o Século XIX (NAYAR, 2015, p. 30, tradução nossa). Em outras palavras, a descolonização não desfez a colonialidade. Segundo Fanon (2005, p. 83), com as libertações, “o martelamento da artilharia, a política da terra arrasada deram lugar à sujeição econômica”. Assim, muitas das nações da África, da Ásia e da América do Sul que adquiriram independência política no Século XX se mantiveram economicamente dependentes (FANON, 2005; NAYAR, 2015).

Fanon (2005) também argumenta que o colonialismo destruiu sem restrições os sistemas de referências da sociedade colonizada, descrita como uma sociedade sem valores. Nayar (2015, p. 31, tradução nossa) complementa que esse sistema “trouxe consigo suas práticas próprias – religião, educação, linguagem – as quais foram, lentamente ou violentamente, impostas sobre os sujeitos das colônias”. A consolidação da perspectiva eurocêntrica representou, assim, a articulação de histórias culturais diversas e heterogêneas em torno de uma única ordem cultural global: do mesmo modo que

---

<sup>3</sup> Segundo Quijano (2005, p. 126), “o capital existiu muito tempo antes que a América. Contudo, o capitalismo como sistema de relações de produção, isto é, a heterogênea engrenagem de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio do capital, no que dali em diante constituiu a economia mundial e seu mercado, constituiu-se na história apenas com a emergência da América”. Também nas palavras do autor (QUIJANO, 2005, p. 120), o capitalismo mundial foi, “desde o início, colonial/moderno e eurocentrado”.



# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

“extirpou a raiz da diversidade” (CÉSAIRE, 1978, p. 67), concebeu a modernidade e a racionalidade como produtos exclusivamente europeus (QUIJANO, 2005), conduzindo ao desaparecimento das histórias do povo colonizado e à condenação de suas crenças e práticas como primitivas. Segundo essa racionalidade, o nativo é um sujeito que precisa ser “aperfeiçoado” (NAYAR, 2015, p. 31, tradução nossa).

Como consequência, viu-se enraizar uma concepção de conhecimento binária e dualista, codificada em categorias como “oriente-ocidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno” (QUIJANO, 2005, p. 122), as quais representam, em última instância, o caráter do padrão mundial do poder implícito ao modo contemporâneo de produzir e organizar o conhecimento: “colonial/moderno, capitalista e eurocentrado” (QUIJANO, 2005, p. 126).

Os conceitos de neocolonialismo e imperialismo são importantes para o entendimento da condição contemporânea das ex-colônias europeias (SAUERBRONN; AYRES; LOURENÇO, 2016). O neocolonialismo diz respeito ao escrutínio a que estão sujeitas as políticas econômicas dos países do Sul<sup>4</sup>, inclusive pelas pressões impostas por organizações supranacionais, usualmente controladas por nações do Primeiro Mundo (NAYAR, 2015). Para Cherki (2005, p. 17), em tempos de *diktak* da globalização econômica<sup>5</sup>, essa realidade não se manifesta mais em termos de opressão colonial, “mas em termos de aumento das desigualdades, de afastamento progressivo entre o Norte o Sul, de exclusão, de redução dos sujeitos a objetos”.

Esse controle econômico dos países do Norte é frequentemente acompanhado por um imperialismo cultural, conceito ideológico que, na era globalizada, constitui-se como a face mais visível do neocolonialismo (NAYAR, 2015). Assim, se por um lado o vínculo formal entre nações colonizadoras e colonizadas se extinguiu, por outro, foi substituído pelas práticas imperiais que determinam a contínua dependência econômica, política e cultural dos países do Sul. Como Mignolo (2011, p. 2, tradução nossa) constata, “a agenda oculta (e o lado mais sombrio) da modernidade é a colonialidade”.

No âmbito das ex-colônias, o neocolonialismo e o imperialismo são favorecidos pelo papel desempenhado pelas elites. Segundo Nayar (2015, p. 115, tradução nossa), “seja na economia ou na academia, intelectuais, especialistas e intermediários culturais ocidentalizados determinam os debates, as políticas e as ações dos governos e das instituições, bem como controlam o fluxo das ideias”. Tais elites podem ser compreendidas, nesse sentido, como promotoras da globalização em curso, a qual representa “a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial”

<sup>4</sup> Políticas como as de subsídios, de ajustamento estrutural, Investimento Direto Estrangeiro, desinvestimento, privatização e outras políticas dos países do Sul são frequentemente determinadas por forças externas ao Estado-nação (NAYAR, 2015).

<sup>5</sup> Na perspectiva de Sousa Santos (2011, p. 27), a globalização representa um “vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro”. O campo hegemônico que se estabelece nesse domínio constitui-se dos países centrais do sistema-mundo, os quais atuam em uma base consensual entre seus membros mais influentes e impõem determinadas características aos demais Estados presentes no sistema internacional, referentes, sobretudo, às políticas mundiais de desenvolvimento e ao papel do Estado na Economia. Tais características se legitimam como as únicas possíveis ou adequadas. Ainda em suas palavras (2011, p. 27), “este consenso é conhecido por ‘consenso neoliberal’ ou ‘consenso de Washington’, por ter sido em Washington, em meados da década de oitenta, que ele foi subscrito pelos Estados centrais do sistema mundial”.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

(QUIJANO, 2005, p. 117). A racionalidade específica da globalização é, portanto, o eurocentrismo.

O decolonialismo diz respeito a uma resistência intelectual em relação à perspectiva histórica eurocentrada; uma tentativa cultural, intelectual e filosófica para escapar das formas coloniais de pensamento (NAYAR, 2015) e para desvincular-se da matriz colonial do poder (MIGNOLO, 2011). Trata-se de um debate emergido no final do Século XIX, na América Latina, que se afirmou e se dispersou no decorrer do Século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, ao lado da questão do desenvolvimento/subdesenvolvimento (QUIJANO, 2005). A Conferência de Bandung, realizada em 1955, e a Conferência dos Países Não-Alinhados, realizada durante a Guerra Fria, em 1961, constituem-se como marcos históricos do decolonialismo (MIGNOLO, 2011). O termo propriamente dito, no entanto, foi cunhado somente no fim dos anos 1990, por intelectuais latino-americanos<sup>6</sup> do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) (BALLESTRIN, 2013).

De maneira geral, a discussão contemporânea sobre o decolonialismo ocorre a partir de duas principais correntes: a teoria crítica pós-colonialista e o movimento/epistemologia decolonial (SAUERBRONN; AYRES; LOURENÇO, 2016).

A primeira corrente, sustentada principalmente por teóricos domiciliados na América do Norte<sup>7</sup>, concebe a heterogeneidade do saber como forma de resistência à homogeneidade/uniformidade característica da globalização. Trata-se de uma tradição de pesquisa crítica, necessariamente interdisciplinar, que reúne uma ampla diversidade de vozes e que se compromete com a busca do pluralismo cultural. Segundo Sauebronn, Ayres e Lourenço (2016), por meio da desfamiliarização, a teoria crítica pós-colonialista pode contribuir para que o pesquisador se distancie da corrente dominante do conhecimento e observe o fenômeno de seu interesse sob uma nova perspectiva teórica, na expectativa de ampliar seu entendimento acerca desse fenômeno. Essa corrente ensina, dessa forma, transformação, sobretudo no domínio da academia.

A segunda corrente<sup>8</sup>, formada por teóricos oriundos principalmente da América Latina, ampara-se no conceito de colonialidade do poder<sup>9</sup> (QUIJANO, 2005), para opor-se

<sup>6</sup> Dentre os quais se destacam Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh e Nelson Maldonado Torres.

<sup>7</sup> Como Edward Said, Ashis Nandy, Homi Bhabha e Gayatri Chakravorty Spivak (SAUERBRONN; AYRES; LOURENÇO, 2016).

<sup>8</sup> O movimento/epistemologia decolonial tem origem em fontes como Waman Puma de Ayala, José Carlos Mariátegui, Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Rigoberta Menchú e Gloria Anzaldúa (SAUERBRONN; AYRES; LOURENÇO, 2016). Além dos teóricos clássicos, Milton Santos, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Gustavo Lins Ribeiro e Boaventura de Sousa Santos são considerados importantes para o pensamento decolonial brasileiro (BALLESTRIN, 2013; SAUERBRONN; AYRES; LOURENÇO, 2016). Recentemente, o pensamento do brasileiro Alberto Guerreiro Ramos tem sido situado nos marcos da teoria pós-colonial (LYNCH, 2015; BRINGEL; LYNCH; MAIO, 2015). Por meio do conceito de redução sociológica – um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira, que se contrapõe à transposição acrítica das determinações exteriores (GUERREIRO RAMOS, 1996) – o autor demonstra sua preocupação com a produção de conhecimento comprometido e engajado, dotado de valor pragmático, em detrimento de um saber alienado/ideológico, que trata os fatos sociais como estáveis e isolados no espaço e no tempo (LYNCH, 2015).

<sup>9</sup> O conceito de colonialidade do poder exprime a constatação de que “as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo” (BALLESTRIN, 2013, p. 99). Com isso, ainda que as zonas periféricas já não estejam mais sujeitas à administração colonial, elas mantêm-se em uma situação colonial. A colonialidade do poder é parte indissociavelmente constitutiva da

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

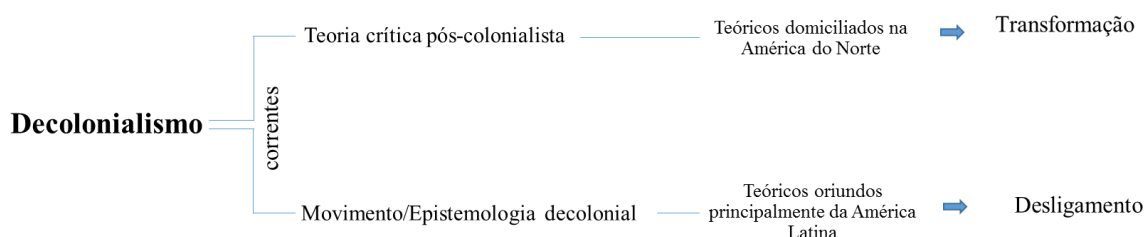
[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

à “retórica enviesada que faz a ‘modernidade’ parecer naturalmente um processo global, universal” (SAUERBRONN; AYRES; LOURENÇO, 2016, p. 8). Implica, nesse sentido, em desvinculação analítica, por permitir “a restituição de histórias silenciadas, subjetividades reprimidas, saberes e linguagens subalternizados em nome da modernidade e da racionalidade” (SAUERBRONN; AYRES; LOURENÇO, 2016, p. 8) e em desvinculação pragmática, por manifestar-se como um projeto de desprendimento. A figura 1 ilustra as principais características de ambas as correntes.

Figura 1 – Correntes do decolonialismo



Fonte: Elaborada pelos autores com base em Sauerbronn, Ayres e Lourenço (2016).

A despeito das diferenças entre a teoria crítica pós-colonialista e o movimento/epistemologia decolonial, adota-se, neste artigo, o termo decolonialismo amplamente, no sentido de resistência a quaisquer formas coloniais e neocoloniais presentes nos arranjos sociais, de crítica e resistência à hegemonia eurocêntrica do conhecimento e de compreensão da heterogeneidade como uma forma de resistência. Como Mignolo (2011) argumenta, ainda que o decolonialismo e o pós-colonialismo se fundamentem em diferentes genealogias de pensamento e se constituam de *existencia* distintas, eles se referem a trajetórias complementares com objetivos similares de transformação social. Além disso, após a Conferência de Bandung e a Conferência dos Países Não-Alinhados, ambos os projetos assumiram o significado de decolonização.

Em suma, por meio do decolonialismo, do giro descolonizador (DUSSEL, 2012), “o Terceiro Mundo se descobre e se fala” (CHERKI, 2002, p. 26). Inserir-se intelectualmente em uma perspectiva decolonial não implica em conceber o Norte como a “quintessência do mal” e a si próprio como a encarnação do bem, como o fez o colono em relação ao colonizado (FANON, 2005, p. 58), mas, distintivamente, significa<sup>10</sup>: 1. reconhecer o Sul como um campo heterogêneo, que comporta contradições no plano interior; 2. comprometer-se com um projeto de crítica e resistência à hegemonia das tendências eurocentradas do poder, do saber e do ser; 3. dedicar-se ao rastreamento das lutas permanentes do povo colonizado por emancipação “da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (BALLESTRIN, 2013, p. 89); 4. conscientizar-se, por meio de um modo de ver histórico, das condicionalidades histórico-sociais de seu povo e sensibilizar-se em relação aos assuntos relevantes à sua sociedade (GUERREIRO RAMOS, 1996); 5. refletir sobre as determinações exteriores e conduzir-se diante delas como sujeito; 6. enxergar-se como próprio centro de referências

---

modernidade e se reproduz nas dimensões do saber e do ser, implicando no controle da economia; da autoridade; da natureza e dos recursos naturais; do gênero e da sexualidade; da subjetividade e do conhecimento (BALLESTRIN, 2013).

<sup>10</sup> No entendimento dos autores deste artigo.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

(GUERREIRO RAMOS, 1996) e, nesse sentido, “aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (SOUSA SANTOS, 1995, p. 508 *apud* SOUSA SANTOS; MENESES, 2010, p. 15).

## 2 Internacionalização: as contradições evidenciadas no campo da educação superior internacional e sua relação com a globalização em curso

Observou-se, desde o início dos anos 1990, com a difusão da globalização econômica, uma fortificação em nível mundial do interesse sobre internacionalização no campo da educação superior (KNIGHT, 2004, 2015; MOROSINI, 2006; CHILDRESS, 2009; LIMA; CONTEL, 2011; GACEL-ÁVILA, 2012). Diversos eventos contemporâneos revelam a ascensão da importância atribuída a esse fenômeno, tanto em nível institucional quanto nos níveis nacional e transnacional. Entre eles, os seguintes podem ser destacados:

- o posicionamento da cooperação internacional ao lado dos conteúdos relevância, “melhoria da qualidade” e “administração e financiamento” nas discussões da Conferência Mundial sobre Educação Superior da Unesco, realizada em 1998 (UNESCO BRASIL, 2003);
- a instituição da Declaração de Bolonha por 29 países europeus, que representou uma harmonização entre as respectivas políticas de educacionais para, entre outras finalidades, facilitar a mobilidade internacional (AZEVEDO, 2014);
- a inclusão da internacionalização como indicador de qualidade nos *rankings* universitários internacionais (PERES-ESPARRELLS; LÓPEZ-GARCIA, 2009) e o valor atribuído a esses *rankings* (VIEIRA; LIMA, 2015);
- a constatação de que uma parte significativa das instituições universitárias do mundo vem desenvolvendo políticas internas de internacionalização (CHILDRESS, 2009; EGRON-POLAK; HUDSON, 2014);
- o crescimento substancial da mobilidade estudantil internacional nos últimos anos (OCDE, 2016a);
- as prescrições das agências multilaterais e dos organismos internacionais envolvidos com o setor em relação à necessidade de reformas curriculares mais condizentes com as demandas globais, que incorporem os conceitos de cidadania global e competência intercultural como objetivos da formação de nível superior (RIZVI, 2007; LIMA; MARANHÃO, 2011; LEASK; BEELEN; KAUNDA, 2013);
- o aumento significativo de conferências/eventos científicos e de publicações – nos formatos de relatório, artigo e livro – sobre o tema<sup>11</sup>.

A despeito da popularidade do conceito de internacionalização e do discurso dominante de que ele tem transformado os sistemas de ensino superior, não há consenso sobre o seu significado e tampouco existem modelos padronizados para que as universidades ampliem sua dimensão internacional (KNIGHT, 2015). De fato, diversos

---

<sup>11</sup> Uma busca realizada na base de dados Scopus, em janeiro de 2017, pelos termos *internationalization AND “higher education”*, com restrição temporal de 2000 a 2016, demonstrou um crescimento significativo de publicações sobre o tema ao longo do período. No ano de 2000, a base identificou sete publicações. No ano de 2016, 228.



# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

estudos apontam para a complexidade inerente ao fenômeno e para as dificuldades de compreendê-lo em profundidade (KNIGHT, 2004, 2015; LIMA; CONTEL, 2011).

De maneira geral, o termo tem sido associado ao estabelecimento de acordos/convênios internacionais, à promoção da mobilidade internacional acadêmica e à condução de atividades internacionais colaborativas no campus e no exterior (KNIGHT, 2015). Os indicadores mais comumente associados à internacionalização do ensino são a mobilidade acadêmica e a internacionalização do currículo; à pesquisa, são os projetos de investigação transfronteiriços e as publicações conjuntas (EWERT, 2012).

Knight (2004, 2015) define internacionalização como o processo de integração das dimensões internacional, intercultural e global aos propósitos, às funções primárias e à entrega da educação superior nos níveis institucional e nacional<sup>12</sup>. Em sua perspectiva, a internacionalização serve para alcançar ou aprimorar objetivos acadêmicos, socioculturais, econômicos ou políticos. Representa, portanto, um meio para alcançar um fim.

No domínio da investigação científica sobre o tema, a internacionalização é constantemente associada aos objetivos de aprimoramento da qualidade, da pertinência e da relevância do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse aspecto, Lima e Contel (2011) apontam para a prevalência de abordagens apologéticas, que enaltecem as virtudes da internacionalização e induzem diversos pesquisadores a decretar a inevitabilidade do fenômeno. Tais abordagens tendem a trabalhar com conceitos e categorias neutros, “na expectativa de neutralizar um fenômeno social que envolve atores, motivações e interesses distintos” (LIMA; CONTEL, 2011, p. 13). Nesse sentido, de maneira geral, não contestam o *status quo* do campo; voltam-se exclusivamente à resolução de problemas práticos e à produção de conhecimento útil, em uma perspectiva instrumental/funcional.

Apesar da quantidade reduzida de estudos voltados a problematizar o tema e a aprofundar os seus aspectos indesejáveis (LIMA; CONTEL, 2011), alguns autores têm denunciado as contradições emergentes no domínio da educação superior internacional e suas consequências, sobretudo no contexto dos países periféricos e semiperiféricos, cujos sistemas educacionais não estão bem preparados para capitalizar sobre a criação e o uso do conhecimento<sup>13</sup> (UNESCO BRASIL, 2003). Na América Latina, alguns estudos se destacam por terem adotado perspectivas mais críticas para abordar o fenômeno:

---

<sup>12</sup> Para Knight (2004), a internacionalização precisa ser compreendida tanto no nível institucional quanto no nível nacional, pois ainda que o processo geralmente ocorra no âmbito das universidades, o setor nacional da educação superior influencia substancialmente sua dimensão internacional, por meio de financiamentos, políticas, programas e marcos regulatórios. Lima e Contel (2011, p. 12) também evidenciam que “historicamente, o Estado exerce influência direta sobre a internacionalização da educação superior, e sua reestruturação incide diretamente sobre os fins, a forma, os significados e arranjos que o fenômeno ganha em diversos países do mundo”.

<sup>13</sup> Os autores deste artigo reconhecem, todavia, que as dinâmicas contemporâneas da internacionalização também têm criado consequências adversas aos setores educativos de países ricos. Halfman e Radder (2015), no texto *The academic manifesto: from na occupied to a public university*, denunciam a “ocupação” das universidades holandesas por um regime obcecado com eficiência e competição, que monitora, sob constante ameaça, o desempenho de seus professores/pesquisadores, com o pretexto da melhoria da qualidade e do alcance da excelência. Em suas palavras (HALFFMAN; RADDER, 2015, p. 166, tradução nossa), “a ocupação pode ter diferentes formas e intensidades em diferentes lugares, mas não pode ser reduzida a um fenômeno isolado. Trata-se de um padrão invasivo expressivo, que se aplica em diferentes graus em muitas universidades de muitos países”. Como alternativa a, os autores sugerem a predominância da universidade pública.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

- Guadilla (2005), com o conceito de *internacionalización lucrativa*, faz uma análise das tendências comerciais da educação superior na região, diante da propagação de fornecedores de serviços transfronteiriços. A autora aponta para as consequências do capitalismo acadêmico, reivindicando a importância da internacionalização cooperativa;
- Morosini (2006, p. 107), por meio de uma pesquisa sobre o estado do conhecimento no campo, identifica que “a internacionalização da educação superior frente à expansão quase se desordenada do sistema e à complexidade instituída, necessita, urgentemente, de estudos e políticas públicas que freiem a perspectiva mercadológica e contribuam para a qualidade acadêmica social”;
- Gacel e Ávila (2008) analisam as condições e os desafios dos países latino-americanos frente às demandas da internacionalização, considerando as fragilidades inerentes aos seus sistemas educacionais – como as defasagens em termos de avanço científico/tecnológico, as dificuldades de cumprirem seu papel social, as deficiências nas estruturas universitárias, entre outras questões –, que os tornam terreno fértil para a comercialização;
- Lima e Contel (2011), com base nos conceitos de internacionalização ativa, internacionalização ativa e geopolítica do conhecimento, e por meio de uma análise comparativa entre os processos de internacionalização de diferentes países, denunciam a diferença de impacto que a internacionalização é capaz de exercer entre os países do centro do sistema-mundo e da periferia/semiperiferia.
- Lima e Maranhão (2011, p. 575), através de uma leitura crítica de relatórios e artigos que defendem a internacionalização em curso, contestam as políticas de internacionalização curricular que, no lugar de promoverem a diversidade cultural no âmbito da academia, defendem uma forma particular de cultura, a qual “busca sua legitimação através da padronização dos *curricula*, dos programas em curso, dos idiomas e das experiências culturais”.
- Gomes, Robertson e Dale (2012) relacionam a condição social da educação superior na América Latina à preponderância do viés globalizado nas políticas educativas regionais. Os autores concluem que a maior transformação evidenciada no setor educativo da região foi sua subordinação em relação aos poderes políticos e à economia global. Assim, o Mercosul, os governos nacionais, a mercantilização geral do setor, a governança regional/global incorporada à área educacional da União Europeia e o Processo de Bologna, bem como os *global players* da educação superior (como a UNESCO, a OCDE e o BM) são funcionais para o atual estágio do capitalismo global em desenvolvimento.
- Azevedo (2014) avalia a influência da *European Higher Education Area* (EHEA), do Processo de Bologna e da Estratégia de Lisboa nas reformas dos sistemas nacionais de educação superior dos países latino-americanos e no modelo do Mercosul para a uma área regional da educação superior, questionando se as dinâmicas evidenciadas na região representam *regionalization* ou *europeanization*;
- Vieira e Lima (2015), por fim, analisam a gênese e a expansão internacional dos *rankings* universitários, concluindo que a predominância do valor estratégico dessas ferramentas, entrelaçado ao reducionismo da análise ao contexto da investigação científica e da publicação, revelam o engendramento de uma elite

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

global, de origem principalmente norte-americana, que se orienta para servir aos seus próprios interesses.

Entre as contradições evidenciadas no domínio da internacionalização da educação superior, destacam-se a diversidade de motivações e interesses (*rationales*) envolvidos, o excesso de competitividade entre instituições universitárias; a ênfase no produtivismo acadêmico; a ascensão de fornecedores de serviços educacionais e a indústria de certificação; a emissão de títulos fraudulentos; a dependência de alguns países em relação a taxas de estudantes internacionais; a homogeneização dos currículos; o *status* atribuído aos indicadores de desempenho/*rankings* universitários; a hegemonia dos países do Norte no recebimento dos fluxos de mobilidade e a evasão dos cérebros (*brain drain*).

A hegemonia dos países do Norte no recebimento dos fluxos de estudantes internacionais pode ser observada através dos dados disponíveis no relatório *Education at Glance* da OCDE (2016a). No indicador “quem estuda no exterior e onde”, verifica-se que em 2013 os maiores receptores de estudantes internacionais nos níveis de mestrado, doutorado ou equivalente foram os Estados Unidos (26% do total), seguidos do Reino Unido (15%), da França (10%), da Alemanha (10%) e da Austrália (8%). Em 2014, cerca de 1.3 milhão de estudantes internacionais estavam matriculados nesses níveis nos países da OCDE, sendo que a União Europeia (EU-22) recebeu mais da metade deles (53%). A América do Norte também foi um destino atraente: juntos, os Estados Unidos e o Canadá receberam quase 30% do total. Tais alunos eram provenientes principalmente da Ásia (53,1%) e da Europa (24,6%). Na sequência, da África (9,5%), da América Latina e do Caribe (5,5%), da América do Norte (3,5%) e da Oceania (0,6%).

Quanto ao fenômeno de evasão dos cérebros, a Unesco (2016, p. 66) reconhece que

a maioria da força de trabalho mundial destina-se a estar localizada nos países do Sul. Estima-se que, até 2030, a Índia, de maneira isolada, fornecerá 25% da força de trabalho mundial, o ‘viveiro mundial de talentos’. Tais padrões de circulação de cérebros suscitam preocupações sobre o financiamento público da educação e o desenvolvimento de habilidades, uma vez que uma proporção significativa dessa força de trabalho emigra para viver e trabalhar no exterior.

De maneira geral, as contradições evidenciadas associam-se ao instrumentalismo econômico imposto ao setor pela globalização neoliberal em curso<sup>14</sup> (GOMES. ROBERTSON; DALE, 2014; ALTBACH; DE WIT, 2015), um projeto nascido do mesmo molde cultural da colonialidade (MIGNOLO, 2011). Alguns indicativos claros dessa tendência são: 1. a inclusão do setor como serviço no Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (GATS) da Organização Mundial do Comércio (OMC); 2. a diminuição do

<sup>14</sup> Intitulada por Sousa Santos (2011, p. 27) de “globalização neoliberal”. Segundo o autor, os países do Sul são aqueles para os quais as características dominantes da globalização neoliberal são mais fortemente impostas, por meio de programas de ajustamento estrutural, criados pelas instituições financeiras multilaterais como condição para a renegociação de suas dívidas externas. Em suas palavras (SOUSA SANTOS, 2011, p. 53), “se para alguns ela [a globalização] continua a ser considerada como o grande triunfo da racionalidade, da inovação e da liberdade, capaz de produzir progresso infinito e abundância ilimitada, para outros ela é anátema, já que no seu bojo transporta a miséria, a marginalização e a exclusão da grande maioria da população mundial, enquanto a retórica do progresso e da abundância se torna em realidade apenas para um clube cada vez mais pequeno de privilegiados”.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

financiamento público para a educação superior em diversos países e as consequentes privatizações universitárias<sup>15</sup> e 3. a imposição da lógica de mercado nas reformas governamentais da educação superior em países dependentes, como o Brasil. Trata-se de um quadro que cria condições para a implementação de regimes acadêmicos capitalistas e reforça a comercialização e competitividade no setor (MOROSINI, 2006; LIMA; CONTEL, 2011; GOMES; ROBERTSON; DALE, 2014; COSTA; SILVA, 2016).

O cenário é inquietante, sobretudo, aos países do Sul, que na ausência de políticas públicas e programas claros e ajustados às realidades internas, acabam por constituir-se como alvo fácil dos interesses externos que visam tão somente ao ativo econômico. Como consequência das demandas da globalização no setor educativo desses países enquanto ainda precisam lidar com desafios em termos de acesso, equidade, qualidade e relevância (GACEL-ÁVILA, 2012), eles seguem a reboque “o comando ativo dos países centrais, fornecendo cérebros, recursos financeiros e comprando produtos educacionais ali produzidos” (LIMA; CONTEL, 2011, p. 16). Infere-se, assim, que todo processo de internacionalização se constrói e se desenvolve a partir da situação de cada contexto e de cada sistema educacional, com suas forças e fragilidades, que determinam o potencial e a viabilidade de suas estratégias (GACEL; ÁVILA, 2008).

Diante desse quadro e do entendimento de que as desigualdades subjacentes às relações Norte-Sul – cujas origens remetem aos padrões eurocentrados de poder impostos no período colonial (QUIJANO, 2005) – também se manifestam no domínio da educação superior internacional, por meio da influência da globalização em curso, refletida nas formas de “internacionalização ativa” (no caso dos países que integram o núcleo do capitalismo mundial) e de “internacionalização passiva” (no caso dos países em condição histórica de subalternidade) (LIMA; CONTEL, 2011, p. 16), propõe-se a inserção da perspectiva epistemológica decolonial no campo teórico da internacionalização da educação superior.

### **3 A pertinência da perspectiva decolonial nos estudos em internacionalização da educação superior**

A argumentação favorável à inserção da perspectiva decolonial nos estudos em internacionalização da educação superior tem como referência o projeto intelectual de crítica/resistência do decolonialismo em relação às tendências eurocentradas da modernidade, cuja manifestação mais influente na educação superior é a globalização econômica em curso, caracterizada pela hegemonia do modelo neoliberal. Buscas sistemáticas nas bases de dados Portal de Periódicos Capes e Scopus reforçam a argumentação, à medida que revelam a existência de um debate científico internacional sobre as formas coloniais e neocoloniais presentes na educação internacional contemporânea, sugerindo haver espaço para o desenvolvimento de estudos decoloniais no campo.

Segundo uma concepção decolonial, eurocentrismo e colonialismo representam duas faces da mesma moeda (BALLESTRIN, 2013); modernidade inexistente sem colonialidade (MIGNOLO, 2011). A expansão do padrão de poder imposto nas relações

---

<sup>15</sup> De acordo com Lima e Contel (2011, p. 18), “da década de 1990 em diante, as universidades foram pressionadas a autofinanciar parte substantiva dos recursos de que necessitavam para cumprir suas múltiplas funções”.



# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

coloniais tanto deu origem ao capitalismo como estrutura hegemônica das relações de produção contemporâneas, quanto alicerçou o desenvolvimento e a expansão da perspectiva eurocêntrica de conhecimento. Nessa ótica, a racionalidade específica da globalização é o eurocentrismo (QUIJANO, 2005), que se manifesta nas diversas esferas “do poder, do saber e do ser” (BALLESTRIN, 2013, p. 90).

Desde o início da década de 1990, com a difusão da globalização econômica, observou-se um crescente interesse sobre a internacionalização no campo da educação superior, tanto no nível prático (enquanto processo) quanto no nível da investigação científica (enquanto fenômeno). Em ambos os casos, prevalecem abordagens apologéticas, que tendem a enaltecer suas virtudes e a decretar sua inevitabilidade, neutralizando um “fenômeno social que envolve atores, motivações e interesses distintos” (LIMA; CONTEL, 2011, p. 13).

Em contrapartida, existem estudos críticos que denunciam as contradições evidenciadas no campo, relacionando-as ao instrumentalismo econômico decorrente da globalização e de sua perspectiva neoliberal influente no setor. Segundo tais análises, as consequências negativas da internacionalização impactam, principalmente, os países do Sul, que tendem a inserir-se passivamente nesse sistema. Na ausência de políticas públicas claras e verdadeiramente democráticas, bem como de uma (auto)consciência coletiva que os situem como próprios centros de referências, subordinam-se à aquisição – material e ideológica – de modelos de internacionalização prontos, que em nada se ajustam às suas realidades internas. Na prática, compram produtos acadêmicos, fornecem cérebros, privilegiam os já privilegiados, contribuem para o afastamento progressivo entre o Norte e o Sul. Como Fanon (2005, p. 83) contesta em sua análise das libertações coloniais do Século XIX, “as colônias se tornaram um mercado. A população colonial é uma clientela que compra”.

Cabe enfatizar que a dependência evidenciada na educação superior mundial contemporânea não se materializa apenas no campo científico e tecnológico, mas também no âmbito das ideias e na organização do conhecimento científico. Prevalece, nesse domínio, uma colonialidade do saber, que situa os países periféricos e semiperiféricos em situação natural de inferioridade, assim como suas descobertas mentais e culturais. Como Meneses (2008, p. 6) argumenta, “o que não está conforme o definido pela racionalidade moderna volatiliza-se e desaparece”.

Esse quadro de desigualdades remete ao desequilíbrio histórico das relações coloniais e leva ao entendimento de que o fenômeno da internacionalização está imerso na matriz cultural do poder colonial. São os países do núcleo do sistema-mundo, por meio de sua influência nas agências multilaterais e organismos internacionais e através da hegemonia do poder, do saber e do ser que polarizam os fluxos da mobilidade acadêmica internacional, detêm as principais universidades e os principais centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e comandam os rumos da educação superior mundial. Do mesmo modo em que ocorreu no período colonial, histórias culturais diversas e heterogêneas se articulam em torno de uma única ordem global; o sujeito do Sul é, ainda, aquele que precisa ser aperfeiçoado. Assim, no âmbito da ensino superior e da pesquisa, enquanto o Sul fornece experiências, o Norte as teoriza e as aplica (BALLESTRIN, 2013).

Sauerbronn, Ayres e Lourenço (2016), que recentemente propuseram uma agenda de pesquisa em Contabilidade no Brasil a partir de perspectivas pós-coloniais e decoloniais, evidenciaram uma reduzida quantidade de trabalhos brasileiros

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

fundamentados no decolonialismo<sup>16</sup>. Com base em estudos internacionais que utilizaram essa abordagem, as autoras verificaram a existência de espaço para a sua inserção na análise de diversos fenômenos da contabilidade e das ciências sociais. Os resultados da presente pesquisa seguem nessa mesma direção e situam o decolonialismo como uma perspectiva epistemológica viável para os estudos críticos sobre internacionalização no contexto do Sul.

Inicialmente, realizaram-se buscas no Portal de Periódicos Capes<sup>17</sup> por artigos brasileiros que relacionassem o decolonialismo à internacionalização da educação superior. Para tanto, utilizaram-se os termos 1. colonialismo AND “internacionalização da educação superior” e 2. colonial AND “internacionalização da educação superior”, sem restrição temporal. À medida que não emergiram quaisquer resultados, realizaram-se duas buscas mais amplas, com os termos 1. colonialismo AND internacionalização (14 resultados); e 2. colonial AND internacionalização (28 resultados). O *corpus* de análise constituiu-se de dez estudos<sup>18</sup>, que tratavam dos seguintes temas:

- A parcialidade das teorias de relações internacionais, voltadas ao Primeiro Mundo, e sua incompatibilidade com os países emergentes (CERVO, 2008);
- O lugar de Moçambique e da África na nova ordem internacional (SARAIVA, 2008);
- O colonialismo transnacional evidenciado no agronegócio brasileiro contemporâneo (FIRMIANO, 2010);
- A hegemonia da língua inglesa no campo científico e a reprodução da lógica colonial nesse domínio (ROSA; ALVES, 2011);
- A reprodução do colonialismo nas relações entre China e África (OURIQUES; LUI, 2012);
- A relação entre a internacionalização dos estudos no Brasil e o lugar tradicionalmente ocupado pelo estrangeiro no processo de reprodução das elites locais (AMORIM, 2012);
- A colonialidade epistêmica resultante da adoção acrítica de referenciais anglo-americanos nos estudos sobre negócios internacionais (SPOHR; ALCADIPANI, 2013);
- A hegemonia euro-americana contemporânea na literatura de gestão estratégica e a negligência do debate sobre o capitalismo no contexto de sucessivas crises da globalização neoliberal (FARIA; IMASATO; GUEDES, 2014);
- A lógica colonialista da maior parte das pesquisas desenvolvidas a partir da teoria da gestão comparativa (BORIM-DE-SOUZA; SEGATTO, 2015);
- A geopolítica do conhecimento e a governança internacional presentes nas grandes áreas de negócios internacionais e gestão internacional (FARIA; GUEDES, 2015).

Apesar de não terem sido localizados artigos brasileiros que relacionassem especificamente o decolonialismo ao fenômeno da internacionalização da educação

<sup>16</sup> As autoras localizaram somente dois artigos publicados em periódicos brasileiros, em detrimento de 62 artigos publicados em periódicos internacionais (SAUERBROON; AYRES; LOURENÇO, 2016).

<sup>17</sup> Em janeiro de 2017.

<sup>18</sup> Após a exclusão dos textos repetidos, não diretamente relacionados ao tema de interesse ou publicados em formatos distintos de artigos revisados por pares (como artigos editoriais),

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

superior, os estudos identificados suscitam possibilidades promissoras para a utilização dessa abordagem, sobretudo porque a maioria deles (CERVO, 2008; ROSA; ALVES, 2011; AMORIM, 2012; SPOHR; ALCADIPANI, 2013; FARIA; IMASATO; GUEDES, 2014; BORIM-DE-SOUZA; SEGATTO, 2015; FARIA; GUEDES, 2015) trata da hegemonia da perspectiva eurocêntrica/euro-americana em diferentes campos científicos.

Uma segunda pesquisa, na base de dados Scopus<sup>19</sup>, objetivou identificar se no âmbito internacional existem estudos que façam relação direta entre o decolonialismo e a internacionalização da educação superior. Neste caso, utilizaram-se os termos 1. *colonialism AND "internationalization of higher education"* (3 resultados); 2. *colonial AND "internationalization of higher education"* (3 resultados) e 3. *Colonial AND internationalization AND "higher education"* (1 resultado). O *corpus* da análise constituiu-se de seis artigos<sup>20</sup>, que tratavam dos seguintes temas:

- As ideologias que sustentam a globalização e sua relação com a internacionalização da educação superior no contexto da Enfermagem (ALLEN; OGILVIE, 2004);
- A relação entre a internacionalização da educação superior na África do Sul e o papel da educação internacional na conquista colonial e na perpetuação da segregação (SEHOOLE, 2006);
- Como a Web 2.0 e seu sistema de conhecimento socialmente orientado (episteme) pode evitar o desprivilegiamento neocolonial dos sistemas de conhecimento não convencionais, no contexto da massificação e da internacionalização da educação superior (EIJIKMAN, 2009);
- A colonialidade mental presente nos processos de internacionalização das universidades chinesas (BENTAO, 2011);
- A postura imperialista do governo e das universidades britânicas no recrutamento de estudantes internacionais (WALKER, 2014);
- A colonização dos currículos de Artes (Cinema e Mídia) na África do Sul e a tensão entre a internacionalização e a pesquisa local nas indústrias de mídias locais (RIJSDIKJ, 2016).

Resultados de mais pesquisas amplas nessa mesma base de dados, pelos termos 1. *colonialism AND internationalization* (13 artigos) e 2. *colonial AND internationalization* (44 artigos) revelam a existência de um debate em nível internacional sobre as formas coloniais/neocoloniais presentes no contexto da educação superior internacional e em outras áreas das ciências sociais. Desses, destacam-se os seguintes, por estarem diretamente associados ao tema de interesse:

- Análise socioeconômica de como a proliferação de avaliações, indicadores de performance, *rankings* e classificações no ensino superior e na pesquisa promovem e facilitam a apropriação do conhecimento (REITZ, 2017);
- O imaginário global enraizado na supremacia ocidental, sua relação com o recrutamento de estudantes internacionais do Sul-Global e com o racismo (STEIN; ANDREOTTI, 2016);

<sup>19</sup> Em janeiro de 2017.

<sup>20</sup> Após a exclusão de um artigo repetido.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

- Análise decolonial da ética na internacionalização da educação superior e sua interface com o desenvolvimento e a sustentabilidade internacional (PASHBY; ANDREOTTI, 2016);
- Análise pós-colonial da produção do conhecimento australiano sobre a Ásia (TAKAYAMA, 2016);
- Relação entre colonialismo, raça e padronização da língua em uma universidade canadense, no contexto da internacionalização da educação superior (STERZUK, 2015);
- Tensões locais, nacionais e globais que pressionam as instituições de educação superior e a práxis de-colonial e intercultural no ensino superior indígena na América Latina (GUILHERME; LOURENÇO, 2015).
- Análise das percepções e experiências de estudantes chineses de um campus britânico localizado na China e sua relação com as práticas neocolonialistas/imperialistas de universidades britânicas (MOUFAHIM; LIM, 2014);
- A internacionalização das ciências sociais como um obstáculo ao entendimento das revoltas árabes em curso (KABBANJI, 2014);
- A educação superior brasileira, os efeitos da globalização no setor e a crescente internacionalização segundo uma perspectiva pós-colonial (LEITE, 2010);
- A hegemonia do idioma Inglês e o crescimento do capitalismo acadêmico na educação superior em Hong Kong (CHOI, 2010);
- Os obstáculos presentes na decolonização dos estudos culturais diante da internacionalização e das geopolíticas do conhecimento (SHOME, 2009);
- Análise pós-colonial de estudantes internacionais no contexto do sistema de educação superior do Reino Unido (MADGE; RAGHURAM; NOXOLO, 2009).

Diante da aproximação teórica proposta neste estudo e da evidência de que já existe um debate científico, ainda que tímido, sobre as formas coloniais e neocoloniais presentes no contexto da educação superior internacional contemporânea, compreende-se o decolonialismo – por meio das lentes de desfamiliarização e desvinculação – como uma abordagem epistemológica capaz de contribuir com a análise crítica da internacionalização. Acredita-se que produções teórico-empíricas desenvolvidas segundo essa perspectiva poderão viabilizar a ampliação do horizonte epistemológico em que o campo está imerso, suscitando o surgimento de novas formas de enxergar os problemas evidenciados, sobretudo aqueles comuns às sociedades que tiveram a experiência da colonização ocidental.

Diversos fatores – como o instrumentalismo econômico prevalecente nesse contexto; a tendência de homogeneização (em um sentido eurocêntrico) dos currículos sob o pretexto de formar “cidadãos globais” dotados de “competências interculturais”; a supressão das contextualidades e a desvalorização dos saberes alternativos; a predominância de abordagens funcionalistas e apologéticas na literatura sobre internacionalização da educação superior; a hegemonia dos países do Norte nos fluxos da mobilidade acadêmica; a evasão dos cérebros; entre outras contradições evidenciadas – remetem ao padrão de poder estabelecido no período colonial e às suas consequências para a globalização e para o modo de produzir e organizar o conhecimento: “colonial/moderno, capitalista e eurocentrado” (QUIJANO, 2005, p. 126). Nesse sentido, suscitam o



# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

desenvolvimento de estudos que considerem questões histórico-sociais mais amplas, como as desigualdades subjacentes às relações Norte-Sul e a reprodução das relações coloniais e neocoloniais nesse domínio.

## **Considerações finais: a cooperação sul-sul como alternativa ao eurocentrismo hegemônico da internacionalização da educação superior**

O objetivo deste artigo foi propor uma aproximação entre a perspectiva epistemológica decolonial e o campo teórico da internacionalização da educação superior.

Inicialmente, contextualizou-se o decolonialismo enquanto postura epistemológica e tradição de pesquisa. Na sequência, abordaram-se as dinâmicas evidenciadas no campo da educação superior internacional contemporânea. Por fim, argumentou-se em favor da inserção da perspectiva decolonial nos estudos sobre internacionalização, tendo como referência o projeto intelectual de crítica/resistência do decolonialismo em relação às tendências eurocentradas da modernidade, cuja manifestação mais influente na educação superior é a globalização econômica em curso e sua perspectiva neoliberal. Nesse ponto, buscas sistemáticas por artigos em bases de dados reforçaram a argumentação, ao demonstrarem um debate científico internacional, ainda que tímido, sobre as formas coloniais e neocoloniais presentes no contexto da educação superior internacional contemporânea, sugerindo a existência de espaço para o desenvolvimento de estudos decoloniais nesse campo.

Os estudos críticos às contradições presentes no contexto da internacionalização reforçam a necessidade de “estudos e políticas públicas que freiem a perspectiva mercadológica e contribuam para a qualidade acadêmica social” (MOROSINI, 2006, p. 107). O estabelecimento de relações internacionais cooperativas, diversificadas e horizontalizadas, com inclusão social, nesse sentido, relaciona-se à possibilidade de que as dinâmicas de internacionalização ocorram em condições mais igualitárias, coadjuvando a formação de sujeitos políticos, preparados para envolver-se criticamente na complexidade do mundo globalizado, sensibilizados com os assuntos relevantes à sua sociedade e engajados com o destino histórico de seus povos.

Diante desse cenário, finaliza-se o presente artigo com a proposta de que a cooperação Sul-Sul (CSS) na educação superior constitua-se como objeto de interesse empírico para a pesquisa científica em internacionalização sob a lente teórica do decolonialismo. Não segundo uma interpretação utópica e romântica, que desconsidera a politização inerente às relações internacionais (CHISHOLM, 2009) e reduz a CSS a um meio para que as nações excluídas se oponham à capacidade que os países ricos têm de penetrar em suas economias (OGWU, 1982), mas como um fenômeno complexo, que engloba recompensas materiais e imateriais; diretas e indiretas e cujas controvérsias se intensificam com a lacuna de estudos empíricos a seu respeito (LEITE, 2012).

A análise dessa modalidade de cooperação no âmbito da educação superior internacional se faz pertinente nos estudos decoloniais, por um lado, porque a cooperação econômica e cultural entre países em desenvolvimento adquiriu importância em um contexto de descontentamento com as assimetrias evidenciadas na arena internacional, de questionamento sobre a efetividade do modelo ocidental de desenvolvimento e de críticas

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

ao modelo assistencialista da cooperação Norte-Sul<sup>21</sup>. Por outro, porque a cooperação internacional constitui-se como um importante indicador da internacionalização no âmbito da educação superior.

Alguns questionamentos vislumbrados para o tema seriam: a CSS na educação superior pode representar um contraponto à passividade observada nos processos de internacionalização dos países do Sul?; Existem possibilidades concretas de que as relações internacionais na educação superior entre os países do Sul ocorram segundo premissas de solidariedade, reciprocidade, horizontalidade, ausência de condicionalidades, compartilhamento de experiências e de práticas de políticas públicas, respeito à heterogeneidade e às raízes epistêmicas contextuais?; Como promover o interesse da comunidade acadêmica pela CSS? A CSS na educação superior tem condições de libertar-se das dinâmicas de poder e de interesse estabelecidas nas relações Norte-Sul ou tende a reproduzir novas ordens de dependência?; Como conduzir ações cooperativas significativas entre países do Sul diante dos seus desafios econômicos, políticos e sociais e dos seus problemas estruturais internos? Até que ponto a CSS na educação superior se traduz como perspectiva decolonial, pragmática ou utilitarista?

## Referências

- ALLEN, Marion; OGILVIE, Linda. Internationalization of higher education: potentials and pitfalls for nursing education. **International Nursing Review**, v. 51, p. 73-80, 2005.
- ALTBACH, Philip; DE WIT, Hans. Internationalization and global tensions: lessons from history. **Journal of studies in international education**, v. 19, n. 1, p. 4-10, 2015.
- AMORIM, Marina Alves. A educação dos brasileiros e o estrangeiro: breve histórico da internacionalização dos estudos no Brasil. **Journal for Brazilian Studies**, v. 1, n. 1, p. 44-65, setembro, 2012.
- AZEVEDO, Mário Luiz Neves. The Bologna Process and higher education in Mercosur: regionalization or Europeanization? **International Journal of Lifelong Education**, v. 33, n. 3, p. 411-427, 2014.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, Brasília, p. 89-117, maio-agosto 2013.
- BENTAO, Yuan. Internationalization at home. **Chinese Education and Society**, v. 44, n. 5, p. 84-96, September, 2011.
- BORIM-DE-SOUZA, Rafael; SEGATTO, Andrea Paula. (Re)apresentando a teoria da gestão comparativa. **RAE**, v. 55, n. 3, 2015.

---

<sup>21</sup> Seus antecedentes históricos são o Movimento dos Não-alinhados, o Grupo dos 77, os primeiros arranjos regionais e subregionais de integração dos anos 1960, a Nova Ordem Econômica Internacional e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OGWU, 1982). Nos anos 2000, a recuperação econômica das potências emergentes e sua insatisfação com os impactos dos programas de emergência e ajuste estrutural contribuíram para que elas formassem coalizões e buscassem novas parcerias.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

BRINGEL, Breno; LYNCH, Christian Edward Cyril; MAIO, Marcos Chor. Sociologia periférica e questão racial: revisitando Guerreiro Ramos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 9-12, Jan./Abr. 2015.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política**, v. 51, n. 2, p. 8-18, julho, 2008.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. 1 ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

COSTA, Camila Furlan; SILVA, Sueli Maria Goulart. Reformas neoliberais na educação superior e capitalismo acadêmico. **XL Encontro da Anpad**. Costa do Sauípe/BA, 2016.

CHERKI, Alice. Prefácio à edição de 2002, por Alice Cherki. In: FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

CHISHOLM, LINDA. Introduction: rethoric, realities, and reasons. In: CHISHOLM, Linda; STEINER-KHAMSI, Gita (eds.). **South-south cooperation in Education and Development**. South Africa: HSRC Press, 2009.

CHOI, Po King. 'Weep for Chinese university': a case study of English hegemony and academic capitalism in higher education in Hong Kong. **Journal of Education Policy**, v. 25, n. 2, p. 233-252, March, 2010.

DUSSEL, Enrique. **Enrique Dussel explica la teoria El Giro Descolonizador**. Entrevista. Disponível em: <<http://www.analectica.org/videos/dussel-giro/>>. Acesso em: 28 jan 2016.

EIJIKMAN, Henk. Using Web 2.0 to decolonise transcultural learning zones in higher education. **Campus-Wide Information Systems**, v. 26, n. 3, p. 240-255, 2009.

EWERT, Stefan. Higher Education Cooperation and Networks in the Baltic Sea Region: A Basis for Regionalization and Region Building? **Journal of Baltic Studies**, v. 43, n. 1, p. 95-116, March, 2012.

KABBANJI, Jacques. The 'internationalization' of social sciences as an 'obstacle' to understanding ongoing Arab Revolts. **Contemporary Arab Affairs**, v. 7, n. 1, p. 115-124, jan. 2014.

KNIGHT, Jane. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 5, p. 5-31, 2004.

\_\_\_\_\_. International universities: misunderstandings and emerging models? **Journal of Studies in International Education**, p. 1-15, 2015.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

FARIA, Alexandre de Almeida; GUEDES, Ana Lucia. Resgatando o nexo governança/gestão internacional: por uma nova ordem em gestão. **RAE**, v. 55, n. 2, 2015.

\_\_\_\_\_.; IMASATO, Takeyoshi; GUEDES, Ana Lucia. O que gestão estratégica tem a ver com capitalismo(s)? **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, v. 86, dezembro, 2014.

FIRMIANO, Frederico Daia. O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio. **Revista NERA**, v. 13, n. 16, jan-junho, 2010.

GACEL, Jocelyne. ÁVILA, Ricardo. Universidades latinoamericanas frente al reto de la internacionalización. **Casa del Tiempo**, jul. 2008.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. Comprehensive internationalization in Latin America. **Higher Education Policy**, 2012, n. 25, p. 493-510, 2012.

GOMES, Alfredo; ROBERTSON, Susan; DALE, Roger. The social condition of higher education: Globalisation and (beyond) regionalisation in Latin America. **Globalisation, Societies and Education**, v. 10, n. 2, p. 221-245, 2012.

GUADILLA, Carmen García. Complejidades de la globalización e internacionalización de la educación superior: interrogantes para América Latina. **Cuadernos del CENDES**, v. 22, n. 58, p. 1-22, enero-abril 2005.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A redução sociológica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

GUILHERME, Manuela; LOURENÇO, Filipa. Da práxis de-colonial e intercultural no ensino superior indígena: andante ma non troppo. **Revista Lusófona de Educação**, v. 31, n. 31, Feb, 2016.

HALFFMAN, Willem; RADDER, Hans. The academic manifesto: from an occupied to a public university. **Minerva**, n. 53, p. 165-197, 2015.

LEASK, Betty; BEELEN, Jos; KAUNDA, Loveness. Internationalisation of the curriculum: international approaches and perspectives. In: DE WIT, H; HUNTER, F; JOHNSON, L; VAN LIEMPD, H (eds). **Possible futures: the next 25 years of the internationalisation of Higher Education**. Amsterdam: EAIE, 2013.

LEITE, Iara. Cooperação Sul-Sul: conceito, história e marcos interpretativos. **Observador on-line**, v. 7, n. 3, mar. 2012.

LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio. **Internacionalização da educação superior: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento**. São Paulo: Alameda, 2011.



# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

\_\_\_\_\_.; MARANHÃO, Carolina. Políticas curriculares da internacionalização do ensino superior: multiculturalismo ou semiformação? **Ensaio**, v. 19, n. 72, p. 575-598, jul./set. 2011.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 27-45, Jan./Abr. 2015.

MADGE, Clare; RAGHURAM, Parvati; NOXOLO, Patricia. Engaged pedagogy and responsibility: a postcolonial analysis of international students. **Geoforum**, v. 40, p. 34-45, 2009.

MIGNOLO, Walter. **The darker side of Western Modernity: global futures, decolonial options**. Durham & London: Duke University Press, 2011.

MOROSINI, Marilia Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006.

MOUFAHIM, Mona; LIM, Ming. The other voices of international higher education: an empirical study of students' perception of British university education in China. **Globalisation, Societies and Education**, 2014.

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, 2008.

NAYAR, Pramod. **The postcolonial studies dictionary**. Oxford, UK: John Wiley & Sons, 2015.

OCDE. **Enhancing higher education system performance: how to become involved in the OECD's new work on higher education**. OCDE, 2016.

\_\_\_\_\_. **Education at Glance 2016: OECD indicators**. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <[http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/education/education-at-a-glance-2016\\_eag-2016-en#page1](http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/education/education-at-a-glance-2016_eag-2016-en#page1)>. Acesso em: 1 fev 2016.

OGWU, Joy Uchoa. A. La cooperación Sur-Sur: problemas, posibilidades y perspectivas en una relación emergente. **Nueva Sociedad**, n. 60, p. 557-558, 1982.

OURIQUES, Helton Ricardo; LUI, Aline. China e África: uma parceria estratégica. **Meridiano 47**, v. 134, nov-dez, 2012.

PASINI, Isabela Leao Ponce; FIUZA, Ana Louise de Carvalho; DA SILVA, Douglas Mansur. Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente. **Revista NERA**, v. 17, n. 24, jan-junho, 2014.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

PASHBY, Karen; ANDREOTTI, Vanessa de Oliveira. Ethical internationalisation in higher education: interfaces with international development and sustainability.

**Environment Education Research**, v. 22, n. 6, p. 771-787, August, 2016.

PEREZ-ESPARRELLS, Carmen; LÓPEZ-GARCIA, Ana. Los Rankings de las instituciones de educación superior: una revisión del panorama internacional. **Calidad en la Educación**, n. 30, p. 328-343, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.

REITZ, Tilman. Academic hierarchies in neo-feudal capitalism: how status competition processes trust and facilitates the appropriation of knowledge. **Higher Education**, jan. 2017.

RIJSDIJK, Ian-Malcolm. The arts in contemporary South African higher education: film and media studies. **Arts & Humanities in Higher Education**, v. 15, n. 1, p. 107-121, 2016.

RIZVI, Fazal. Internationalization of curriculum: a critical perspective. In: HAYDEN, Mary; LEVY, Jack; THOMPSON, Jeff. (eds.). **The Sage handbook of international education**. London: Sage, 2007.

ROSA, Alexandre Reis; ALVES, Mário Aquino. Pode o conhecimento em gestão e organização falar português? **RAE**, v. 51, n. 3, maio-junho, 2011.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória? **Revista Brasileira de Política**, v. 51, n. 1, jan, 2008.

SAUERBRONN, Fernanda; AYRES, Rosangela; LOURENÇO, Rosenery. Perspectivas pós-coloniais e decoloniais: uma proposta de agenda de pesquisa em Contabilidade no Brasil. **XL Encontro da Anpad**. Costa do Sauípe/BA, 2016.

SEHOOLE, Chika. Internationalisation of higher education in South Africa: a historical review. **Perspectives in Education**, v. 24, n. 4, p. 1-13, December, 2006.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SPOHR, Nicole; ALCADIPANI, Rafael. Estudos críticos em negócios internacionais: uma proposta de diálogo. **Internext**, v. 8, n. 3, p. 1-19, 2013.

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

STEIN, Sharon; ANDREOTTI, Vanessa de Oliveira. Cash, competition or charity: international students and the global imaginary. **Higher Education**, 2016.

STERZUK, Andrea. 'The standard remains the same': language standardisation, race and othering in higher education. **Journal of Multilingual and Multicultural Development**, v. 36, n. 1, p. 53-66, 2015.

TAKAYAMA, Keita. Deploying the post-colonial predicaments of researching on/with 'Asia' in education: a standpoint from a rich peripheral country. **Discourse: studies in the cultural politics of education**, v. 37, n. 1, p. 70-88, 2016.

UNESCO BRASIL. **Educação Superior: reforma, mudança e internacionalização**. Brasília: UNESCO BRASIL, 2003.

\_\_\_\_\_. **Educação para a cidadania global: tópicos e objetivos de aprendizagem**. Brasília: UNESCO BRASIL, 2016.

WALKER, Patricia. International students policies in UK Higher Education from colonialism to coalition: developments and consequences. **Journal of studies in International Education**, v. 18, n. 4, p. 335-344, September, 2014.

VIEIRA, Rosilene; LIMA, Manolita Correia. Academic rankings: from its genesis to its international expansion. **Higher Education Studies**, v. 5, n. 1, p. 63-72, 2015.